

DOENÇAS E AGRAVOS NÃO TRANSMISSÍVEIS (DANT)

SANTA CATARINA

A Organização Mundial da Saúde (OMS) através da Resolução nº 5317, 20 de maio de 2000, recomenda o estabelecimento pelos países de programas nacionais para fins de monitoramento, prevenção e controle das principais Doenças e Agravos Não Transmissíveis (DANT). Segundo Instrução Normativa nº 01 de 05 de setembro de 2002 do Ministério da Saúde, o Brasil, institui o Subsistema Nacional de Vigilância da DANT, atualmente denominada Coordenação Geral de Doenças e Agravos Não transmissíveis (CGDANT). A partir de setembro de 2005 em Santa Catarina, a Diretoria de Vigilância Epidemiológica (DIVE) através da Gerência de Vigilância de Agravos Infecciosos, Emergentes e Ambientais (GEVRA), institui na sua estrutura organizacional a Divisão DANT (com propósito de vigilância, prevenção e controle das Doenças Cardiovasculares (CID-10: I00 - I99), Doenças Respiratórias Crônicas (CID-10: J30 - J98), Diabetes Mellitus (CID-10: E10 - E14), Neoplasia Maligna (CID-10: C00 - C97) e Causas Externas (CID-10: X60 - X84; X85 - Y09; V01 - V89) na população \geq 20 anos residente, com exceção das Causa Externas que é analisada na população geral e por ocorrência do evento).

DOENÇAS E AGRAVOS NÃO TRANSMISSÍVEIS (DANT)

BRASIL

As transformações sociais e econômicas ocorridas no Brasil durante o século passado provocaram mudanças importantes no perfil de ocorrência das doenças de nossa população.

Na primeira metade do século 20, as Doenças Infecciosas Transmissíveis eram as mais frequentes causas de mortes. A partir dos anos 60, as Doenças e Agravos Não Transmissíveis - as DANT - tomaram esse papel. Entre os fatores que contribuíram para essa transição epidemiológica estão: o processo de transição demográfica, com queda nas taxas de fecundidade e natalidade e um progressivo aumento na proporção de idosos, favorecendo o aumento das Doenças Crônico-degenerativas (Doenças Cardiovasculares, Câncer, Diabetes, Doenças Respiratórias); e a transição nutricional, com diminuição expressiva da desnutrição e aumento do número de pessoas com excesso de peso (Sobrepeso e Obesidade). Somam-se a isso o aumento dos traumas decorrentes das Causas Externas (Violências, Acidentes e Envenenamentos, etc.).

Projeções para as próximas décadas apontam para um crescimento epidêmico das DANT na maioria dos países em desenvolvimento, em particular das Doenças Cardiovasculares, Neoplasias e Diabetes tipo 2. As Doenças e Agravos Não Transmissíveis respondem pelas maiores taxas de Morbimortalidade e por cerca de mais 70% dos gastos assistenciais com a saúde no Brasil, com tendência crescente.

Essa transição do quadro epidemiológico tem impactado a área de saúde pública no Brasil e o desenvolvimento de estratégias para o controle das DANT se tornou uma prioridade para o Sistema Único de Saúde (SUS). A vigilância epidemiológica das DANT e dos seus Fatores de Risco é de fundamental importância para a implementação de políticas públicas voltadas para a prevenção, o controle dessas doenças e a promoção geral da saúde.

A Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), por meio da Coordenação-Geral de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis - CGDANT -, tem trabalhado para coordenar, fomentar e desenvolver estudos e pesquisas para identificação e monitoramento de fatores de risco, análise e avaliação das ações de promoção da saúde, prevenção e controle das DANT. Fazem parte das suas atribuições:

- Cooperar com programas e ações nas áreas de promoção da saúde, prevenção dos fatores de risco e redução de danos das DANT;
- Coordenar, normatizar e supervisionar o Sistema Nacional de Vigilância de DANT;
- Supervisionar a execução das ações relacionadas à vigilância de DANT;
- Prestar assessoria técnica a Estados, municípios e ao Distrito Federal na área de vigilância de DANT;
- Fomentar a capacitação de recursos humanos para atuar na vigilância de DANT;
- Subsidiar estudos, pesquisas, análises e outras atividades técnico-científicas relacionadas às DANT.

A CGDANT, para desenvolver suas atribuições, está estruturada com as seguintes áreas:

» Doenças e Agravos Não Transmissíveis

» Violências e Acidentes

» Promoção da Saúde

As doenças e agravos não transmissíveis - DANT (doenças cardiovasculares, neoplasias, doenças respiratórias crônicas, diabetes e doenças musculoesqueléticas, entre outras) são doenças multifatoriais e têm em comum fatores comportamentais de risco modificáveis e não modificáveis. Dentre os fatores comportamentais de risco modificáveis destacam-se o tabagismo, o consumo excessivo de bebidas alcoólicas, a obesidade, as dislipidemias (determinadas principalmente pelo consumo excessivo de gorduras saturadas de origem animal), a ingestão insuficiente de frutas e hortaliças e a inatividade física.

Estimativas da Organização Mundial de Saúde (OMS) apontam que as DANTs já são responsáveis por 58,5% de todas as mortes ocorridas no mundo e por

45,9% da carga global de doença, constituindo um sério problema de saúde pública, tanto nos países ricos quanto nos de média e baixa renda.

O Brasil seguindo essa tendência mundial tem passado pelos processos de transição demográfica, epidemiológica e nutricional desde a década de 60. Destacamos a queda da mortalidade e da fecundidade aumento do número de idosos, particularmente, o grupo com mais de 80 anos. De 1980 a 2000, a população de idosos cresceu 107%, enquanto a população até 14 anos cresceu apenas 14%. Nos próximos 20 anos, projeções apontam para a duplicação da população idosa no Brasil, de 8 para 15%. O envelhecimento está associado ao aumento da incidência e prevalência de DANT. As doenças cardiovasculares, neoplasias, doenças respiratórias crônicas, diabetes e doenças musculoesqueléticas, entre outras respondem pela maior parcela dos óbitos no país e de despesas com assistência hospitalar no SUS, totalizando cerca de 75% dos gastos com atenção à saúde.

Estas mudanças configuram novos desafios para a saúde pública de encontrar mecanismos para o enfrentamento das DANT marcadas pela complexa relação entre a saúde e seus determinantes, considerando que essas doenças têm um forte impacto na qualidade de vida dos indivíduos afetados, causa morte prematura e geram grandes e subestimados efeitos econômicos adversos para as famílias, comunidades e sociedade em geral.

Portanto, a prevenção e controle das DANT e seus fatores de risco são fundamentais para evitar o crescimento epidêmico dessas doenças e suas consequências nefastas para a qualidade de vida e a sistema de saúde no país.

Diante desse cenário epidemiológico o Ministério da Saúde tem desenvolvido ações que visam reduzir o impacto dessas doenças, por meio do monitoramento da morbimortalidade e seus fatores de risco, análise de acesso e utilização de serviços de saúde, indução e apoio a ações de promoção à saúde, prevenção e controle, avaliação das ações, programas e políticas.

Contudo, consolidar o sistema de vigilância em doenças e agravos não transmissíveis (DANT) em todas as esferas do Sistema Único de Saúde, em todas as unidades da Federação é de grande relevância nacional, considerando que suas ações possibilitaram conhecer a distribuição, magnitude e tendência dessas doenças e de seus fatores de risco na população, identificando seus condicionantes sociais, econômicos e ambientais, com o objetivo de subsidiar o planejamento, execução e avaliação da prevenção e controle das mesmas.